ACTA N.º 31/2008

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL CELEBRADA EM QUINZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E OITO

Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dez horas, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal estando presentes, o Sr. Presidente, António Manuel Oliveira Rodrigues, o Sr. Vice-Presidente, Pedro Paulo Ramos Ferreira, os Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Mário Folgado Mota, Nuno Carlos de Carvalho Dias dos Santos e Carlos António Lopes Tomé, comigo, Ana Maria Sobral Carvalho Martins, exercendo as funções de Secretária.

Aberta a reunião, foram de seguida tratados os assuntos constantes da Ordem do Dia estabelecida pelo Sr. Presidente, ao abrigo do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo, a qual foi entregue a todos os membros com a antecedência devida e que a seguir se transcreve.----------

DOIS - CORPO DA ACTA

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete da Presidência

1. Autorização para Contracção de Empréstimo a Médio e Longo Prazo nos Termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008 de 27/11
2. Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2009 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica)

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Deliberação Nº 866 (15/12/2008):

A Câmara deliberou, por unanimidade (seis votos), justificar a ausência da Vereadora Sra. Manuela Pinheiro, por motivo de doença.----------

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 191-A/2008 DE 27/11

Acerca do assunto supra, foi presente a informação do D.A.F. nº 80/08, que se transcreve:

"A Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27/11, que aprova o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, visa garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração directa e indirecta do Estado, das Regiões Autónomas e dos Municípios.

Objectivamente, cria uma segunda fase de candidaturas de acesso à linha de financiamento de médio e longo prazos, para pagamento de dívidas a fornecedores, que se desenvolve nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro - Programa Pagar a Tempo e Horas, instituindo a redução, de forma estrutural e significativa, dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços, procurando, desta forma, melhorar o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transacção.

Estabelece, ainda, que a adesão das Regiões Autónomas e dos Municípios à segunda fase de candidaturas de acesso à linha de financiamento de médio e longo prazos deve ser solicitada por escrito, junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, até 15 de Janeiro de 2009, especificando o montante de financiamento pretendido e anexando a ficha técnica do empréstimo a conceder pela instituição de crédito seleccionada.

Nos termos do n.º 11 da referida Resolução, o montante atribuível ao Município de Torres Novas, corresponde a 16 593 287,42 €, conforme se demonstra no mapa em anexo, sendo que este valor poderá ser reduzido, caso a soma dos montantes de financiamento atribuíveis exceder 1 250 milhões de euros.

Acresce informar que o financiamento é composto por dois empréstimos de médio e longo prazos, um a conceder por uma instituição de crédito, correspondendo a 60% do total do financiamento, e outro a conceder pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, correspondendo a 40% do total do financiamento.

Nestes termos e por forma a cumprir todos os procedimentos inerentes à eventual contratação do empréstimo, os serviços sugerem o seguinte:

1. A Câmara delibere no sentido de pedir autorização á Assembleia Municipal para contratar um empréstimo até ao montante de 16 593 287,42 €, com a finalidade de pagar dívidas de curto prazo a fornecedores,
2. Solicitar, junto das Instituições de Crédito sedeadas no concelho, as condições praticadas para financiamento de empréstimo, até ao montante de 9 955 972,45€, que corresponde a 60% do total do financiamento permitido legalmente, para o prazo máximo de 5 anos.

Na eventualidade de a Câmara Municipal aprovar a presente proposta de contratação de empréstimo, constata-se que a situação do endividamento líquido do Município não aumenta, a operação traduz-se na transferência da dívida a curto prazo a fornecedores, para uma dívida de médio e longo prazos, a uma Instituição Financeira.

Para os cofres do Município, este empréstimo traduz-se numa efectiva e substancial redução das despesas, muito em particular dos juros a suportar pela autarquia.

Esta redução será um contributo importante para a política de redução do endividamento líquido do Município, imposta pela nova Lei das Finanças Locais."

Deliberação Nº 867 (15/12/2008):

Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (seis votos), solicitar autorização à Assembleia Municipal para contratar um empréstimo até ao montante de 16 593 287,42 €, com a finalidade de pagar dívidas de curto prazo a fornecedores, nos termos do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27/11.

Mais deliberou ainda, por unanimidade, solicitar, junto das Instituições de Crédito sedeadas no concelho, as condições praticadas para financiamento de um empréstimo, até ao montante de 9 955 972,45€, correspondente a 60% do total do financiamento permitido legalmente, para o prazo máximo de 5 anos.----------

PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2009 (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DAS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES DA GESTÃO AUTÁRQUICA)

Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para 2009.

A proposta de Orçamento apresentada ascende tanto na parte da Receita como na da Despesa a setenta milhões novecentos e oitenta e seis mil trezentos e oitenta euros e noventa e sete cêntimos, sendo:

- Receitas Correntes: trinta e quatro milhões sessenta e seis mil oitocentos e dezanove euros e cinquenta e oito cêntimos.
- Receitas de Capital: trinta e seis milhões novecentos e dezanove mil quinhentos e sessenta e um euros e trinta e nove cêntimos.
- Despesas Correntes: trinta e um milhões trezentos e trinta e um mil quinhentos e vinte e cinco euros e sessenta e um cêntimos.
- Despesas de Capital: trinta e nove milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos.

O Plano Plurianual de Investimentos totaliza trinta e sete milhões duzentos e oitenta e dois mil e seiscentos e trinta e sete euros e trinta e sete cêntimos e o Plano das Actividades Mais Relevantes da Gestão Autárquica perfaz treze milhões quatrocentos e trinta e nove mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos.

Deliberação Nº 868 (15/12/2008):

Submetida a votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada, por maioria absoluta, com quatro votos favoráveis (Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Vereadores Srs. Lobo Antunes e Mário Mota), um voto contra (Vereador Sr. Carlos Tomé) e uma abstenção (Vereador Sr. Nuno Santos).

As propostas ora aprovadas vão ser submetidas à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o previsto na al. c) do nº 2 do artº 64º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11/1.

O **Sr. Presidente** apresentou a seguinte declaração de voto:

"Depois dos atrasos que têm caracterizado a implementação do QREN, finalmente, tudo parece estar em condições de avançar, sendo previsível que, no dia 16 de Dezembro, seja assinada a contratualização para a gestão dos fundos comunitários na região da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Após a fase de conclusão do Turris XXI que, no conjunto das obras concluídas, em curso ou já adjudicadas, atinge um índice de realização de 82%, sendo que, só por conta do município, foram investidos 28 milhões de euros, tendo o III Quadro Comunitário comparticipado com 10,2 milhões e o Orçamento de Estado com 5,2 milhões, totalizando 43,4 milhões de euros de investimento que, em moeda antiga, ultrapassa os oito milhões de contos. Isto nos últimos 7 anos.

Ora, em fase final do Turris XXI, o Orçamento para 2009 é caracterizado pelo arranque do "*Torres Novas. pt – ponte para todos"*, sendo as verbas do Feder, do programa QREN, determinantes para o apoio às obras de maior relevo previstas para se iniciarem no decorrer do próximo ano, sendo de destacar a construção dos novos Paços do Concelho, dos Centros Escolares de Assentis, Pedrógão, Meia-Via, Olaia e Riachos. Também o Centro de Ciência Viva, a estrada do Alvorão e a recuperação total da Escola Chora Barroso farão parte deste pacote de obras. Estamos perante o maior investimento jamais feito em Torres Novas, na área dos equipamentos escolares, sendo de prever que, para aqueles cinco centros escolares, o montante do investimento seja superior a dez milhões de euros.

A estrada que liga a Zona Industrial de Torres Novas ao Boquilobo, bem como o Jardim da Vila, em Riachos e o troço viário dentro da área do concelho, que liga Fungalvaz a Alburitel, serão também executados no decorrer do próximo ano.

Não faz sentido referenciar nesta declaração de voto todas as intervenções previstas para 2009, dado que no Plano de Actividades elas estão devidamente identificadas.

Apesar da crise patente no país e na Europa, os principais indicadores de receita do município que, por sua vez, reflectem a saúde económica do concelho Torres Novas, atingiram valores expressivos que nos permite afirmar que, no caso do imposto municipal de transacções (IMT), a

receita encaixada no ano em curso quase duplicou face a 2007, atingindo este mês o valor de 3.333.394 euros. Também no capítulo das obras e loteamentos se verifica um crescimento significativo, tendo, também em 2008, a receita duplicado em relação a 2007, atingindo-se o valor de 2.148.466 euros (previsão até final de Dezembro). Sendo verdade que as expectativas económicas não são animadoras, não deixa, no entanto, de se evidenciar este comportamento económico do nosso concelho que, de facto, vem um pouco contra a corrente.

O ano que aí vem será marcado por uma nova fase de investimentos no nosso concelho que hão-de reflectir-se na dinâmica da nossa terra, quer ao nível do emprego, quer ao nível da fixação da população, em especial a juventude.

Haverá a óbvia política de contenção de despesa, sendo também de realçar que, já no ano de 2008, a autarquia conseguiu a maior poupança de sempre, sendo objectivo para 2009 que ela tenha ainda uma maior expressão.

O Orçamento, para além das políticas que apontam para novos investimentos, que hão-de ter reflexos no concelho, quer ao nível social, quer económico, visa também o maior aproveitamento possível dos fundos comunitários. Manteremos as políticas de educação no apoio, não só à construção de equipamentos escolares, mas, acima de tudo, nas actividades de tempos livres e na melhor ocupação e rentabilização dos espaços hoje ao dispor dos nossos jovens.

O CHERE – Centro Histórico em Recuperação Estratégica é, sem dúvida alguma, uma aposta séria e pragmática no incentivo aos privados para a recuperação do casco velho da nossa urbe, na expectativa de que novos investimentos, empreendimentos e novos moradores o regenerem e lhe devolvam a dinâmica do passado.

Este é um Orçamento que pretende ser factor de dinâmica e de nova onda de investimentos, um pouco por todo o concelho, que permita manter e, se possível, reforçar a nossa terra como referência de modernidade e de desenvolvimento económico e social.

Por tudo isto, naturalmente que os autarcas do Partido Socialista o votam favoravelmente."

O **Vereador Sr. Carlos Tomé** justificou o seu sentido de voto, nos seguintes termos:

"A proposta de Orçamento para 2009 assume as características habituais de falta de rigor, irrealismo e virtualismo, como infelizmente já vem sendo hábito desde há vários anos. Mas como 2009 será um ano de eleições a proposta apresenta também uma matriz eleitoralista, absolutamente inaceitável.

Repare-se desde logo, e a este respeito, que a proposta de Orçamento prevê uma dotação inicial de 70.986.380,97euros, sendo certo que se trata de uma dotação verdadeiramente irrealista porquanto a dotação do Orçamento de 2008 se cifrou nos 58.714.156,08, o que significa um aumento de 12,272 milhões de euros. Trata-se de facto de um aumento inédito na história do município, o qual se traduz em 17,5% de aumento relativamente à previsão para 2008. Com efeito, as previsões a nível orçamental de anos anteriores andavam sempre na casa dos 50 milhões (em 2004 – 49,787 milhões; em 2005 – 56,234; em 2006 – 59,898; em 2007 – 57,942).

Este exageradíssimo aumento previsional para os quase 71 milhões de euros não tem qualquer base ou fundamento sério. Aliás, a situação é ainda mais grave se verificarmos os níveis de execução dos orçamentos de anos anteriores. De facto, tendo em atenção apenas este mandato – mas nos mandatos anteriores os valores têm sido idênticos – verificam-se os seguintes níveis de execução no campo das receitas: em 2005 orçamentaram-se 56,234 milhões e apenas se arrecadaram 26,187 milhões, ou seja, apenas 46,57% do previsto; em 2006 orçamentaram-se 59,898 milhões e apenas se arrecadaram 26,569 milhões, ou seja, apenas 44,36% do previsto; em 2007 orçamentaram-se 57,942 milhões e apenas se arrecadaram 25,797 milhões, ou seja, apenas 44,52% do previsto e já neste ano de 2008 (até 11.12.08) estando previsto receber-se 58,714 milhões, apenas se arrecadaram 25,793 milhões, ou seja apenas 43,9% do previsto.

Portanto, tendo em conta esta realidade insofismável de que as receitas do município apenas se cifram em valores da ordem dos 26 milhões de euros – ou seja cerca de 44% do previsto - então o valor da dotação global está empolado em mais de 40 milhões de euros!!! Claro que o valor desta discrepância é absolutamente inédito e totalmente inaceitável. Devo salientar que no ano transacto afirmei que o orçamento estava empolado em 30 milhões de euros e os elementos contabilísticos disponíveis estão a dar-me razão.

Daí que esta proposta sofra dos mesmos males das propostas dos anos anteriores mas desta vez esses males são ainda mais graves do que é habitual. As eleições que se avizinham não podem justificar tudo. E este é de facto um orçamento absolutamente irrealista e destinado apenas a fins eleitoralistas. Como é possível que uma Câmara que nunca conseguiu ter receitas superiores a 25 ou 26 milhões de euros se proponha agora arrecadar quase três vezes mais do que o previsto?

Mas vejamos mais em pormenor o que se passa com as receitas e quais são as rubricas que são causadoras deste inaceitável empolamento. Nos *"loteamentos e obras"* que integram os *"impostos indirectos"* estão previstos 6,157 milhões mas neste ano de 2008 estavam previstos 5,357 mas apenas se arrecadam 940 mil ou seja apenas 17% do previsto. Agora, ainda se pretende aumentar mais o fosso entre a previsão e a realidade. Na rubrica *"taxas, multas e outras penalidades"* e mais especificamente em *"loteamentos e obras"* no ano de 2008 previu-se uma receita de 2,500 milhões mas apenas se arrecadaram 307 mil euros, o que significa 12% do previsto. Agora prevêem-se 3,500 milhões (um aumento de 1 milhão de euros) relativamente ao previsto. Mas a rubrica mais assustadoramente inflacionada é a "venda de bens de investimento", com especial destaque para a "venda de terrenos". Nesta rubrica previram-se 17,537 milhões para 2008 mas apenas se receberam 223.950 o que significa apenas 1,2% do previsto. Agora, o valor orçamentado ainda cresce para 18,287 milhões, ou seja tem um aumento de 750 mil euros. Claro que desta quantia só se vai conseguir arrecadar a percentagem habitual nos últimos anos, isto é cerca de 1% do previsto.

Claro que nesta análise nem sequer estamos a entrar em linha de conta com a grave crise económica que já está a fustigar todo o país e mais se agravará em 2009, o que também se irá reflectir na arrecadação de receitas pelo nosso município, provocando um decréscimo na mesma.

Mas, infelizmente, também verificamos que as despesas correntes, que deveriam diminuir, estão a aumentar. Com efeito, em 2004 a despesa corrente foi de 14,550; em 2005 de 14,690; em 2006 de 15,844; em 2007 de 17,259 e em 2008 de 17,863, sendo que está prevista para 2009 uma despesa de 31,331 quando para 2008 estava previsto 28,741 milhões.

Mas ao contrário desta tendência de crescimento, a despesa de capital que na sua essência significa investimento está a decrescer. Com efeito em 2005 a despesa de capital cifrou-se apenas em 10,850 milhões; em 2006 foi de 10,231; em 2007 baixou para 7,949 milhões e em

2008 baixou ainda para 6,974. Claro que os valores previstos são muito superiores a estes e por isso absolutamente irrealistas. Basta dizer que para 2008 previu-se um investimento de 29,972 milhões de euros e apenas se realizaram os tais 6,974, o que significa apenas 23,3% do previsto.

Ora este valor de investimento é o mais baixo dos últimos anos (pelo menos desde 2004, cujo valor foi de 8,245 milhões).
Assim, tendo em conta estes números, que espelham a triste realidade e vêm desmentir as previsões sempre optimistas, estamos perante um orçamento que continua na senda do empolamento exageradíssimo e inaceitável dos valores.

Mas se virmos a proposta de Plano de Actividades Municipal ou do Plano Plurianual de Investimentos, a situação não melhora nada. Sem verbas para concretizar as obras previstas, estas não são mais do que miragens. Os Planos de Actividades que são aprovados anualmente apenas são concretizados em cerca de metade do previsto e para este ano, a realidade também não vai nem pode mudar, porque de facto não há verbas para sustentarem todas as actividades nele previstas. Com efeito, o PAM de 2004 apenas foi executado em 62,5%; o de 2005 em 63,6%; o de 2006 em 46%; o de 2007 em 48,2% e o de 2008 em 51,5%.

De salientar que a aposta deste PAM parece ser essencialmente na construção dos Centros Escolares, o que já acontecia também no PAM de 2008. No presente ano nada se concretizou neste sector e como ainda nem sequer está assinada a contratualização relativa ao QREN no âmbito do Médio Tejo, é muito duvidoso que se consigam iniciar as obras previstas em 2009.
Por outro lado, o investimento que deveria ser também assumido de forma prioritária, já de há vários anos a esta parte, no âmbito do saneamento básico vai continuar a aguardar por melhores dias. Aliás, diga-se em abono da verdade que o saneamento básico é mais uma vez completamente esquecido no PAM, bastando referir que não existe qualquer verba para investimento neste sector.

As verbas que estão previstas são apenas para manutenção do existente, ou seja para acções obrigatórias, como o controle analítico das Etar e da água do rio Almonda e a retirada de lamas nas Etar. Mas quanto a qualquer investimento, que se mostra fundamental para melhorar a qualidade de vida da população, nem um cêntimo se prevê, o que é lamentável, tendo em conta a grave situação do concelho a este nível.

Por tudo isto, voto contra esta proposta."

O **Vereador Sr. Nuno Santos** apresentou a seguinte declaração de voto: "Aquando da análise do Orçamento de 2008, tomei a opção de me abster, devido ao facto de o mesmo, embora não sendo o ideal, pelo menos demonstrar a intenção de se pretender atingir algum equilíbrio financeiro. Pelos dados conhecidos até á data, tendo como base o mapa de execução financeira a 11 de Dezembro de 2008, parece em parte ter sido atingido.

Na análise do orçamento de 2009, o mesmo apresenta alguns erros já comuns e usuais cometidos pelo PS, considerando no mesmo despesas que na minha opinião são exageradas e completamente fora da conjuntura económica actual a nível Nacional, como por exemplo os quase 900.000,00 Euros destinados para a empresa Municipal do Teatro Virgínia. Engloba no entanto investimentos, que quanto a mim são prioritários, como a construção dos Centros Escolares, investimentos que eu próprio defendi em programa eleitoral em 2005.

De qualquer modo deverá a Câmara ter em conta o empolamento de algumas receitas, tal qual nos são apresentadas, como as previstas nas rubricas taxas e multas (com valores de execução historicamente a 10% do que é orçamentado), e na de venda de terrenos (com valores de execução historicamente a 1% do que é orçamentado), valores estes impossíveis de se atingir.

Do lado das despesas, mais do que investir, deveremos acautelar com a mesma preocupação, como iremos pagar esses investimentos. Ainda hoje aprovámos a intenção de a Autarquia se candidatar ao programa "pagar a tempo e horas", com o objectivo de pagarmos dívidas a fornecedores resultantes de investimentos anteriores e de despesas de serviço da própria Câmara. Estas mesmas dívidas, têm obrigado repetidamente a Autarquia a recorrer a acordos de regularização de dívidas junto de fornecedores, que têm significado enorme esforço financeiro, com correspondente problemas de tesouraria, e igualmente valores elevados suportados com o pagamento de juros.

Receio que a aderir a este programa, e com o pagamento de parte da divida a curto prazo a fornecedores, possa o executivo PS "cair na tentação" de contracção de novas dividas, "permitidas" pelo desafogar em termos de tesouraria e de liquidez, resultantes da adesão ao programa em questão. Espero que assim não seja, e contra isso chamarei a atenção e me oporei.

Concluindo, não estando de acordo com muito do que é previsto para este orçamento 2009, seria um acto de irresponsabilidade politica da minha parte, votar contra o mesmo, visto que

contempla para o próximo ano a construção dos Centros Escolares, que significam a larga maioria de investimento previsto.
Neste pressuposto, a minha posição enquanto Vereador Independente desta Câmara é a de me abster no Orçamento 2009 da Autarquia de Torres Novas.”----------

A acta foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

O **Sr. Presidente** declarou encerrada a reunião pelas doze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta.

E eu Chefe da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar juntamente com o Excelentíssimo Presidente.----------